

Marcos Napolitano

HISTÓRIA DO BRASIL REPÚBLICA

da queda da Monarquia
ao fim do Estado Novo



Coleção
HISTÓRIA
NA UNIVERSIDADE



editora**contexto**



Sumário

Introdução.....	7
Da República da Espada ao condomínio de fazendeiros: a consolidação da ordem republicana.....	13
Modernidade sem modernização: a vida cultural na Primeira República.....	41
A roda da história quer girar mais rápido: a crise dos anos 1920.....	71
Brasil Novo – rupturas e continuidades: 1930-1937.....	93
Estado Novo.....	117
A invenção da brasilidade: a vida cultural na “Era Vargas”.....	135
Da crise do Estado Novo nasce uma República democrática.....	155
Sugestões de leitura.....	173



Introdução

Em vários países, a República é representada por uma imagem de mulher de expressão séria e porte ativo, vestindo uma túnica branca e um gorro vermelho. Esse gorro, chamado de “barrete frígio”, era utilizado na Grécia antiga pelos escravos que tinham sido libertados. A partir da França, essa imagem-símbolo da República se disseminou pelo mundo, graças principalmente ao famoso quadro de Eugène Delacroix, intitulado *A liberdade guiando o povo*, feito em homenagem à luta do povo francês contra uma monarquia tirânica derrubada em 1830. Assim, “república” e “liberdade” são palavras que frequentemente se confundem desde o século XIX, mas nem sempre se encontram na história efetiva dos povos.

No caso do Brasil, encontramos variações dessa imagem-símbolo da República, desde as impressas nos panfletos republicanos do século

XIX até as estampadas nas cédulas atuais de Real. Em muitos momentos de nossa história, ela deve ter se sentido traída pelo que se fez em seu nome: golpes de Estado, ditaduras, negociatas, supressão de liberdades públicas, exclusão da maior parte da população da vida política. Porém, a história da nossa República não é apenas a da traição de ideais e de frustração com promessas de liberdade e felicidade que não se cumpriram. Ela também é a história de uma sociedade em busca de formas (políticas, econômicas, culturais e sociais) para superar os legados de um passado secular marcado pela dependência econômica do exterior, pelo mandonismo dos grandes proprietários de terras e pela escravidão.

Esses legados, produtos das estruturas sociais e políticas criadas no período colonial (1500-1822) e mantidas em grande parte pelo regime monárquico (1822-1889), não foram combatidos pela elite oligárquica republicana que ajudou a derrubar a Monarquia, pois, em grande parte, ela mesma se beneficiava dessas estruturas arcaicas. Contudo, ao longo da história republicana brasileira, desde o seu início, não faltaram lideranças, grupos e partidos, incluindo muitos setores das próprias elites oligárquicas, que pensaram na possibilidade de criar um outro Brasil, em tudo oposto à herança colonial: um país industrializado, moderno e democrático, enfim, que realizasse plenamente o sentido inerente à palavra “república” com um governo de homens comuns voltado para o interesse de todos, liderando em nome do bem universal e fiel às liberdades públicas. Vale lembrar que a realidade histórica é mais complexa do que um jogo de interesses e conflitos binários e simplistas. De fato, a história da República no Brasil envolve múltiplos processos, eventos e personagens que, muitas vezes lutando por um mesmo objetivo – a modernização das estruturas arcaicas legadas pelo passado – encontraram caminhos ideológicos e políticos diferentes para alcançá-lo: mais à esquerda, mais à direita, mais radicais, mais conciliadores, mais democráticos ou mais autoritários, mais inclusivos ou menos inclusivos.

Se a construção do regime republicano nos seus primeiros anos (implantado em 1889 pela força de um golpe militar) foi bastante marcada pela herança deixada pelo regime monárquico, para compreendê-lo, precisamos entender um pouco do que significou a Monarquia para a história brasileira.

O Império do Brasil foi responsável pela construção de um Estado nacional unificado na América portuguesa, ainda que precário e submetido às forças políticas provinciais. Ele não deve ser visto como um regime artificial e “exótico”, uma monarquia europeizada perdida na América, em meio às várias repúblicas que caracterizavam o continente. É fato que o Império do Brasil estava ancorado em sólidas tradições europeias e imitava o modelo político europeu dominado no século XIX pelas “monarquias constitucionais”. Porém, sua grande obra foi criar uma estrutura política e jurídica que se utilizava do vocabulário liberal da época (recheado de palavras como “liberdade” e “direitos” dos cidadãos), mas que ao mesmo tempo mantinha o sistema escravocrata, que era a negação de todos estes valores. Não por acaso, os escravos não eram considerados “cidadãos”, mas “bens que se movem”, e estavam fora do alcance das limitadas leis que definiam a cidadania e os direitos civis sob a Monarquia. Em nome desse mesmo liberalismo, os proprietários (de terras e escravos) que constituíam as elites brasileiras de então afirmavam o direito absoluto à propriedade, incluindo-se aí a propriedade sobre outros seres humanos. O Brasil, como nação independente, nasceu sob essa contradição, e, ainda hoje, início do século XXI, não superou completamente seus terríveis efeitos sobre a sociedade em seu conjunto. O Estado dos tempos monárquicos era visto pelas elites brasileiras do século XIX como a garantia de “ordem e civilização” em uma sociedade considerada amorfa, constituída em sua maior parte por homens livres pobres, negros escravizados e índios (vistos como “selvagens”), sem direitos diante do poder de fato dos grandes proprietários de terras. O Império realizou a independência política do Brasil com relação à metrópole portuguesa, mas pouco fez para superar o modelo econômico e social que aqui se implantara nos tempos coloniais.

Esse modelo e a visão de mundo que o sustentava começaram a sofrer abalos a partir da década de 1870 e, sobretudo, na década de 1880. O republicanismo e a República implantada em 1889, em grande parte, seriam frutos da crise da Monarquia e do sistema escravista. As elites econômicas que se tornaram republicanas – como a poderosa oligarquia paulista ligada à exportação de café –, porém, não criticavam a Monarquia porque queriam mudar as hierarquias sociais, democratizar a política ou

acabar com a escravidão, mas porque se sentiam pouco representadas pelo imperador e viam no regime monárquico um dinossauro político que já não servia mais aos seus interesses. Ao lado das oligarquias que passaram a apoiar a República contra a Monarquia, havia outro grupo, o dos militares, que experimentava um choque crescente com as instituições monárquicas. Depois da sangrenta Guerra do Paraguai (1864-1870), o Exército brasileiro deu-se conta de sua importância para a defesa nacional e, ao mesmo tempo, de sua fragilidade militar. O Exército era uma instituição historicamente desprezada pela elite monarquista brasileira, que se orgulhava de ter evitado o surgimento do “caudilhismo militar” no Brasil, ao contrário das vizinhas repúblicas sul-americanas vitimadas por guerras civis intermináveis entre facções lideradas por chefes político-militares locais, os “caudilhos”. Efetivamente, não havia uma tradição caudilhesca no Exército brasileiro, mas seus oficiais mais jovens sentiam que o Império, com seu sistema de privilégios na atribuição de cargos e patentes e sua defesa da escravidão, era um obstáculo à constituição de uma burocracia armada moderna e eficiente que os beneficiaria.

O republicanismo de determinados oligarcas e militares coincidiu com o crescente questionamento do sistema escravista. A partir de 1870, o Império do Brasil era, praticamente, a última nação escravocrata do mundo. Apesar das pressões externas para extingui-la, a escravidão era administrada pela política imperial de modo a ser superada muito lentamente, evitando rupturas sociais e econômicas. Assim, as tímidas reformas do sistema patrocinadas pela Monarquia não acabaram efetivamente com essa chaga social, cada vez mais condenada econômica e moralmente por todos os principais países do mundo capitalista que serviam de modelo para o Brasil. Do ponto de vista das elites preocupadas com o tema, o Brasil tinha que resolver um difícil problema: acabar com a escravidão sem mudar muito as estruturas e hierarquias sociais. Também se perguntavam sobre o que fazer com os milhões de descendentes de escravos africanos, vistos como um fator de atraso sob o prisma das teorias raciais do final do século XIX. As leis que acabaram progressivamente com a escravidão (ou a mantiveram por mais algum tempo, conforme a perspectiva), como a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885), foram atravessadas por esse debate. Mesmo o importante movi-

mento social abolicionista surgido nos anos 1880 não foi capaz de mudar a perspectiva conservadora e excludente da vida política e social do Brasil ao longo do processo que levou ao fim da escravidão. Apesar disso, é inegável que a história da República desde 1889 significou a entrada na cena política e econômica de outros grupos sociais, que pressionavam por mais direitos, maior representação política e mais participação na distribuição das riquezas nacionais.

A história da República brasileira até a metade do século XX, que o leitor verá exposta ao longo deste livro, é o resultado dramático da força inercial das estruturas políticas e econômicas excludentes, herdadas da Colônia e reforçadas entre o final do século XIX e XX sob uma roupagem republicana, e as lutas sociais múltiplas e plurais para superá-las, levando-se em conta todos os matizes entre um polo e outro.

